



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

## PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de 01 (uma) unidade de Creche Pré-Escola Tipo II, conforme padrão estabelecido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no Município de Ibirité/MG, compreendendo a construção completa da edificação e das áreas externas, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, em conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes deste Projeto Básico.

A unidade será implantada em área localizada nas coordenadas geográficas Latitude 19°59'52,08" S e Longitude 44°03'40,39" O, no Município de Ibirité/MG.

Os quantitativos estimados dos serviços, materiais, equipamentos e insumos necessários à execução integral do objeto encontram-se detalhados nas planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente Projeto Básico, os quais serviram de base para a elaboração do orçamento estimado da contratação e constituem referência para a execução, fiscalização e medição dos serviços.

A execução do objeto abrange, de forma integral, todas as etapas construtivas necessárias à entrega da unidade em pleno funcionamento, incluindo, mas não se limitando a:

- serviços preliminares e instalação de canteiro de obras;
- execução de fundações, estruturas e alvenarias;
- execução de cobertura;
- instalações elétricas, hidrossanitárias e sistemas complementares;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- sistema de prevenção e combate a incêndio;
- sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- revestimentos, acabamentos e esquadrias;
- implantação de acessibilidade;
- execução de áreas externas, urbanização e paisagismo;
- limpeza final da obra.

A execução deverá observar rigorosamente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro que integram este Projeto Básico, bem como as normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis.

O prazo de execução da obra será de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro integrante do processo, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O prazo de vigência contratual será de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Tratando-se de contratação por escopo, a vigência poderá ser prorrogada quando necessária à conclusão do objeto, desde que observados os requisitos legais, devidamente justificadas as circunstâncias que motivarem a prorrogação e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração. O prazo adicional de vigência contempla os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, medições finais, liquidação e encerramento administrativo do contrato.

Registra-se que a presente intervenção conta com repasse no valor de R\$ 3.083.076,76 (três milhões, oitenta e três mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme extrato do Convênio nº 1261000067/2026, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o Município de Ibirité, em conformidade com o art. 208 da Constituição Federal e com a Lei nº 9.394/1996, possui a atribuição de garantir o acesso à educação infantil, compreendendo o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos de idade, assegurando-lhes o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

A crescente demanda por vagas na educação infantil no Município, especialmente em regiões com expansão urbana e adensamento populacional, evidencia a necessidade de ampliação da rede pública de ensino para atendimento adequado da população.

O Município foi contemplado com recursos financeiros provenientes de convênio firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais, destinados à construção de unidades de Creche Pré-Escola Tipo II, observando os padrões técnicos estabelecidos para esse modelo.

A unidade objeto deste Projeto Básico integra o conjunto de investimentos voltados à ampliação da infraestrutura educacional do Município.

A ampliação da rede física de ensino constitui medida essencial para a redução do déficit de vagas, a promoção da inclusão social e o apoio às famílias, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade.

Os recursos transferidos possuem destinação específica para investimento em infraestrutura educacional, devendo sua aplicação observar rigorosamente os parâmetros técnicos e normativos definidos pelo ente concedente, sob pena de comprometimento do financiamento.

Nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e da Lei nº 14.133/2021, a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública depende de prévio procedimento licitatório, devidamente instruído com Projeto





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

Básico que evidencie a justificativa, a viabilidade técnica e a adequação da contratação pretendida.

Além disso, o Município não dispõe, em seu quadro funcional, de estrutura técnica e operacional suficiente para executar diretamente obras dessa natureza e complexidade, que envolvem serviços especializados de engenharia, fornecimento de materiais e gerenciamento técnico.

Dessa forma, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada na área de construção civil, com capacidade técnica comprovada, para execução integral da obra, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e todos os insumos necessários, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o presente Projeto Básico.

A contratação tem por finalidade assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, garantir a execução da unidade dentro dos padrões técnicos exigidos, ampliar a oferta de vagas na educação infantil no Município de Ibirité, bem como contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais e da qualidade de vida da população.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução de engenharia proposta consiste na construção de uma unidade de Creche Pré-Escola Tipo II, concebida sob a perspectiva do ciclo de vida do empreendimento, contemplando a execução completa da edificação e de sua infraestrutura associada, incluindo sistemas estruturais, vedações, cobertura, instalações prediais, áreas externas e elementos de urbanização, em conformidade com as diretrizes técnicas aplicáveis a edificações educacionais.

Sob o aspecto funcional, a solução foi concebida para atender às necessidades de educação infantil, proporcionando ambientes adequados ao desenvolvimento pedagógico, conforto dos usuários e segurança das crianças. A edificação contempla a setorização dos espaços em áreas administrativas, pedagógicas, de apoio e serviços,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

permitindo a adequada organização das atividades escolares, controle de fluxos e integração entre os ambientes.

Do ponto de vista arquitetônico, a solução adota configuração compatível com projetos padronizados de creches, priorizando:

- iluminação e ventilação naturais;
- acessibilidade universal;
- segurança no uso dos espaços;
- integração entre ambientes internos e externos.

Os ambientes incluem salas de atividades, sanitários infantis adaptados, áreas de recreação, refeitório, cozinha, áreas administrativas e espaços de apoio.

Sob o aspecto estrutural, a edificação será executada com sistema em concreto armado, dimensionado conforme normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade. As vedações serão executadas em alvenaria, com desempenho compatível às exigências de conforto térmico e acústico.

O sistema de cobertura será composto por estrutura adequada ao vão e às cargas previstas, com utilização de telhas compatíveis com o desempenho térmico requerido, contribuindo para o conforto ambiental interno e proteção da edificação contra intempéries.

As instalações prediais contemplam sistemas elétricos, hidrossanitários e, quando aplicável, de prevenção e combate a incêndio, dimensionados conforme normas técnicas e legislação vigente. Tais sistemas visam assegurar o funcionamento adequado da edificação, a segurança dos usuários e a eficiência operacional.

No que se refere às áreas externas, a solução contempla a execução de calçadas, acessos, áreas de recreação, paisagismo e demais elementos de





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

urbanização, garantindo acessibilidade, segurança e integração da edificação com o entorno.

Sob a ótica do conforto ambiental, a solução considera aspectos como ventilação cruzada, iluminação natural, proteção térmica e escolha de materiais adequados, contribuindo para o bem-estar dos usuários e eficiência energética da edificação.

Do ponto de vista ambiental, a execução da obra deverá observar práticas de gestão e controle ambiental, incluindo a adequada destinação de resíduos da construção civil, minimização de impactos ao entorno e recomposição de áreas eventualmente afetadas.

Considerando a natureza da obra, eventuais variações de quantitativos ou necessidade de adequações durante a execução deverão ser devidamente justificadas pela fiscalização e formalizadas conforme os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a execução de serviços sem prévia formalização.

A solução proposta incorpora diretrizes de durabilidade, manutenibilidade e racionalização de custos ao longo do ciclo de vida da edificação, buscando reduzir a necessidade de intervenções corretivas e otimizar os custos de operação e manutenção.

Por fim, a implantação da unidade de creche contribui diretamente para a ampliação da oferta de vagas na educação infantil no Município de Ibirité/MG, promovendo inclusão social, apoio às famílias e melhoria das condições de desenvolvimento educacional, caracterizando-se como investimento de relevante interesse público.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à adequada execução do objeto, garantindo qualidade, desempenho, segurança e conformidade com a legislação vigente.

Para adequada solução da necessidade administrativa identificada, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos mínimos:

- Para execução dos serviços, a contratada deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais normas, regulamentos e legislações aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia;
- Garantia da qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados, em conformidade com os projetos, especificações técnicas e memoriais descritivos integrantes da contratação;
- A execução dos serviços envolverá responsabilidades técnicas claramente atribuídas à contratada, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto;
- Os critérios de habilitação observarão as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- A contratação deverá observar, no que couber, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social, promovendo a utilização racional dos recursos naturais, a adequada gestão dos resíduos da construção civil e a mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução da obra;
- Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação, sendo vedada a adoção de soluções distintas sem prévia aprovação da fiscalização;
- Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão possuir qualificação compatível com as atividades desempenhadas, observando-se as exigências legais e regulamentares aplicáveis às respectivas especialidades;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- A execução deverá contemplar soluções compatíveis com os princípios da acessibilidade, segurança dos usuários, funcionalidade dos ambientes, durabilidade dos sistemas construtivos e adequada manutenção futura da edificação.

Os requisitos estabelecidos neste Projeto Básico são considerados mínimos e indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto, podendo a contratada adotar procedimentos complementares que contribuam para a melhoria da qualidade, produtividade e desempenho dos serviços, desde que previamente aprovados pela Administração e sem ônus adicional para o Município.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto dar-se-á por meio da contratação de empresa especializada em engenharia para a **construção de unidade de Creche Pré-Escola Tipo II**, mediante formalização de contrato administrativo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Homologada a licitação e formalizada a contratação, a Prefeitura Municipal de Ibirité, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, emitirá a Ordem de Serviço autorizando o início da execução.

A contratada deverá iniciar a mobilização da obra imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, devendo o início efetivo dos serviços ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

O prazo de execução da obra será de **12 (doze) meses**, por escopo, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro constante dos anexos deste Projeto Básico.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

A execução será realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, considerando a natureza dos serviços e a possibilidade de variações quantitativas devidamente justificadas durante a execução.

Nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de contratação por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente quando o objeto não for concluído no prazo inicialmente pactuado, desde que devidamente justificado.

A execução deverá observar integralmente os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem este Projeto Básico.

### 5.2 MÉTODOS, ROTINAS E ETAPAS DE EXECUÇÃO

A contratada deverá atender rigorosamente ao planejamento constante no cronograma físico-financeiro da obra.

Qualquer alteração no cronograma ou na metodologia executiva deverá ser previamente justificada e submetida à aprovação formal da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

A execução da obra compreenderá, de forma geral, as seguintes etapas:

- a) Mobilização;
- b) Administração local proporcional à execução dos serviços;
- c) Serviços preliminares e implantação do canteiro de obras;
- d) Execução de fundações e estruturas;
- e) Execução da edificação (estrutura, vedação e cobertura);
- f) Instalações elétricas;
- g) Instalações hidrossanitárias;
- h) Instalações complementares (como prevenção e combate a incêndio, climatização, entre outras);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- i) Drenagem pluvial;
- j) Revestimentos e acabamentos;
- k) Limpeza final da obra;
- l) Desmobilização.

A execução deverá respeitar a sequência lógica das etapas construtivas, sendo vedadas alterações sem autorização da fiscalização.

O descumprimento do cronograma físico-financeiro poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato.

### 5.3 DOCUMENTAÇÃO INICIAL OBRIGATÓRIA

A contratada deverá apresentar à fiscalização, no prazo máximo de **20 (vinte) dias** contados da emissão da Ordem de Serviço, a seguinte documentação:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou equivalente, conforme aplicável;
- Relação da equipe técnica, acompanhada da comprovação de vínculo profissional, por meio de:
  - CTPS;
  - contrato de prestação de serviços;
  - contrato social (em caso de sócio);
  - ou outros meios legalmente admitidos;
- Certidão de registro do responsável técnico junto ao conselho profissional competente;
- Comunicação prévia de início de obra, quando exigida pela legislação vigente;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 5.4 EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e compatível com a complexidade da obra.

A equipe mínima exigida será composta por:

- 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, como responsável técnico;
- 01 (um) Encarregado Geral de Obras.

O responsável técnico deverá manter presença compatível com a complexidade e o porte da obra.

A substituição de profissionais dependerá de prévia aprovação da Administração, devendo o substituto possuir qualificação equivalente ou superior à do profissional inicialmente indicado.

### 5.5 SEGURANÇA DO TRABALHO

A execução da obra deverá observar integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras aplicáveis.

A contratada será responsável pela adoção de todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes, proteção dos trabalhadores e segurança de terceiros, respondendo integralmente por eventuais ocorrências decorrentes de sua atuação.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1 FISCAL DO CONTRATO

Compete ao fiscal técnico do contrato:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

acompanhar a execução da obra;

verificar o cumprimento das especificações técnicas, projetos e normas aplicáveis;

registrar todas as ocorrências em diário de obra ou sistema equivalente;

determinar a correção de falhas, vícios ou irregularidades, fixando prazo para sua regularização.

Compete ao fiscal administrativo:

verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

acompanhar medições, faturamento e pagamentos;

solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário.

Caso a decisão ultrapasse sua competência, o fiscal deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá manter preposto no local da obra, devidamente aceito pela Administração, podendo este ser substituído mediante justificativa.

Sempre que identificada execução em desconformidade com os projetos ou normas técnicas, a fiscalização poderá determinar a paralisação imediata dos serviços, com o devido registro.

Fica designado como fiscal do contrato o servidor Jéssé Fagundes do Carmo – Matrícula: 149334.

## 6.2 GESTOR DO CONTRATO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, competindo-lhe:

- consolidar as informações da fiscalização;
- acompanhar os registros de ocorrências e as medidas adotadas;
- promover a atualização do processo de acompanhamento e gestão do contrato;
- adotar providências administrativas necessárias ao bom andamento da execução;
- promover aditivos, prorrogações e demais ajustes contratuais;
- verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- encaminhar a documentação pertinente para liquidação e pagamento.

A gestão do contrato será feita pelo Secretário Municipal de Educação, **Carlyle dos Passos Laia - Matrícula 147774**.

### 6.3 CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O controle da execução será realizado de forma contínua, com avaliações periódicas, preferencialmente mensais, com base no cronograma físico-financeiro.

Deverá ser realizada a comparação sistemática entre:

- o planejamento previsto;
- a execução efetivamente realizada.

O acompanhamento da obra deverá contemplar:

- medições quantitativas dos serviços executados;
- avaliação qualitativa dos serviços;
- registro da evolução física da obra.

O processo de acompanhamento será estruturado nas seguintes fases:

a) planejamento;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- b) monitoramento;
- c) adoção de medidas corretivas.

Em caso de atraso ou desvio de execução, deverão ser adotadas medidas imediatas, tais como:

- reavaliação do planejamento;
- definição de estratégias de recuperação;
- reforço da equipe técnica;
- implementação de ações corretivas.

### 6.4 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da conclusão da obra.

A fiscalização elaborará relatório técnico circunstanciado, apontando eventuais:

- inconformidades;
- falhas;
- vícios construtivos.

A contratada deverá realizar, às suas expensas, todas as correções necessárias, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

Constituem condições para o recebimento provisório:

- execução integral da obra;
- área limpa e desobstruída;
- sistemas instalados e em pleno funcionamento;
- entrega do relatório “as built”.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

Após a regularização de eventuais pendências, será emitido o Termo de Recebimento Provisório.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **180 (cento e oitenta) dias**, mediante:

- a) avaliação da execução pelos fiscais do contrato;
- b) análise da documentação técnica;
- c) emissão de termo circunstanciado;
- d) formalização do Termo de Recebimento Definitivo.

O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui:

- a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra;
- a responsabilidade técnica e profissional pela execução dos serviços.

## 7. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 7.1 DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irremovíveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data-base do orçamento estimado da contratação.

Após esse período, será admitido reajuste anual, conforme disposto na Lei nº 10.192/2001 e no art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

O índice a ser aplicado será o **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC**, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), na modalidade DI.

### 7.2 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

- caso fortuito ou força maior;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- fato do príncipe;
- fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

Os pedidos deverão ser devidamente instruídos com documentação comprobatória idônea.

A análise considerará exclusivamente o impacto financeiro direto sobre o contrato, não sendo admitida revisão para ampliação de margem de lucro.

O reequilíbrio incidirá apenas sobre as parcelas remanescentes do contrato.

### 8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

8.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução da obra, fixando prazo para sua correção.

8.4. Notificar a Contratada sobre vícios, defeitos ou incorreções, determinando sua correção, total ou parcial, às suas expensas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações pactuadas.

8.6. Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à medição.

8.7. Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas, após ateste da execução dos serviços.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

8.8. Aplicar sanções administrativas quando constatado descumprimento contratual.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município em caso de inadimplemento.

8.10. Emitir decisão sobre solicitações da Contratada no prazo de até 60 (sessenta) dias, admitida prorrogação motivada.

8.11. Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. Suspender a contagem de prazo quando houver necessidade de complementação documental.

8.13. Notificar os garantidores quanto à instauração de processo administrativo.

8.14. Comunicar formalmente eventuais alterações de projeto.

8.15. Fornecer informações técnicas necessárias à execução da obra.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados.

8.17. Exigir, como condição para recebimento definitivo da creche, quando aplicável:

a) Projeto “as built”;

b) Comprovação das ligações definitivas de água, energia e demais utilidades;

c) Laudo do Corpo de Bombeiros (AVCB), quando exigível;

d) Certidão de conclusão da obra (“habite-se”);

e) Certidão negativa de débitos previdenciários da obra.

8.18. Arquivar toda documentação técnica e administrativa da obra.

8.19. Assegurar condições adequadas quando houver interferência em áreas sob sua responsabilidade.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

8.20. Não responder por obrigações assumidas pela Contratada perante terceiros.

8.21. Promover, previamente à Ordem de Serviço, a liberação da área e demais providências necessárias ao início da obra.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

A Contratada deverá executar integralmente o objeto, assumindo todos os riscos e encargos decorrentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### 9.2 OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS E TÉCNICAS

A Contratada deverá:

- Manter preposto no local da obra, aceito pela Administração;
- Atender às determinações da fiscalização;
- Disponibilizar mão de obra qualificada, materiais, equipamentos e insumos necessários à execução da creche;
- Executar a obra conforme projetos, memoriais e normas técnicas;
- Corrigir, às suas expensas, serviços com vícios ou inconformidades;
- Comunicar imediatamente qualquer fato que comprometa prazos ou qualidade;
- Paralisar serviços quando determinado pela fiscalização;
- Submeter previamente alterações de metodologia executiva;
- Manter o canteiro organizado, limpo e seguro;
- Promover guarda e vigilância da obra;
- Elaborar e manter atualizado o Diário de Obra;
- Realizar ensaios e controles tecnológicos necessários;
- Refazer serviços em desacordo, inclusive durante o prazo de garantia de 5 (cinco) anos;

### 9.3 OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

A Contratada deverá:

- Manter as condições de habilitação durante toda a execução;
- Cumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- Comunicar ocorrências relevantes em até 24 horas;
- Permitir acesso irrestrito da fiscalização;
- Atender solicitações de substituição de pessoal;
- Garantir identificação dos trabalhadores;
- Respeitar normas internas da Administração;
- Observar legislação trabalhista e jornada;
- Cumprir cotas legais (PCD, aprendiz, reabilitados);
- Guardar sigilo das informações obtidas;

### 9.4 OBRIGAÇÕES DE SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE

A Contratada deverá:

- Cumprir normas de segurança do trabalho (NRs);
- Adotar medidas preventivas contra acidentes;
- Responder por acidentes de trabalho;
- Evitar danos a redes existentes;
- Manter seguros compatíveis com os riscos da obra;
- Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou terceiros;

### 9.5 OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS

A Contratada deverá:

- Utilizar materiais de origem legal;
- Comprovar procedência (DOF, CTF/IBAMA, notas fiscais, quando aplicável);
- Gerenciar resíduos conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Promover destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Proibir descarte irregular;
- Controlar emissão de ruídos conforme normas da ABNT;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

- Adotar medidas de mitigação de impactos ambientais;
- Priorizar uso de materiais reciclados ou de menor impacto;

### 9.6 OBRIGAÇÕES TÉCNICO-LEGAIS

A Contratada deverá:

- Estar registrada e regular no CREA/CAU;
- Obter licenças, alvarás e autorizações necessárias;
- Providenciar ligações definitivas de utilidades da edificação (água, energia, esgoto);
- Promover regularização da obra junto aos órgãos competentes;
- Participar de reunião inicial de alinhamento contratual;
- Garantir que a edificação da creche atenda às normas de acessibilidade, segurança, conforto e funcionamento exigidas para unidades de educação infantil.

### 9.7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados com mão de obra própria da contratada, devidamente mobilizada até a emissão da ordem de serviço, permanecendo à disposição até a conclusão integral do objeto.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 A avaliação da execução do objeto, para fins de medição, será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, devidamente aferidos pela fiscalização do contrato, em conformidade com os projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos.

10.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará:

- Os quantitativos efetivamente executados;
- A conformidade dos serviços com as especificações técnicas;
- O cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

10.3 Será aplicada retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando verificado que a contratada:

- Não atingiu os resultados previstos;
- Executou serviços em desconformidade com as especificações;
- Utilizou materiais ou mão de obra em desacordo com o exigido.

10.4 As medições serão realizadas mensalmente, conforme evolução física da obra, observando o cronograma físico-financeiro.

10.5 Ao final de cada período de medição, a contratada deverá apresentar:

- Planilha de medição;
- Memória de cálculo detalhada;
- Relatório de execução dos serviços;
- Registros fotográficos, quando solicitado;

10.6 A fiscalização realizará inspeção técnica para verificação dos serviços executados, podendo, quando necessário, realizar testes e ensaios.

10.7 Constatadas irregularidades, a fiscalização notificará a contratada para correção, suspendendo a medição dos serviços não conformes até sua regularização.

10.8 Após a aprovação da medição pela fiscalização e pelo gestor do contrato, a contratada será autorizada a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor aprovado.

### 10.9 DO PAGAMENTO

10.9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

10.9.2 O pagamento será realizado preferencialmente por meio de transferência eletrônica (PIX) ou outro meio bancário válido.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

10.9.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.9.4 Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

10.9.5 Será considerada como data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

10.9.6 Quando houver controvérsia sobre a execução, o pagamento será realizado sobre a parcela incontroversa.

10.9.7 Em caso de glosa parcial, a contratada deverá emitir Nota Fiscal com o valor ajustado.

10.9.8 É vedado o pagamento por serviços não executados ou em desacordo com o contrato.

### 10.10 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

10.10.1 A aprovação da medição não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços executados.

10.10.2 A persistência de irregularidades poderá ensejar a aplicação de penalidades ou rescisão contratual.

10.10.3 O pagamento não implica aceitação definitiva da obra, permanecendo válidas as obrigações de garantia e responsabilidade técnica.

## 11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 11.1 DEFINIÇÕES PARA LICITAÇÃO

#### 11.1.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na execução de obra comum de engenharia, com projeto básico devidamente definido, sem exigência





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

de inovação tecnológica ou técnica especializada de natureza singular, o critério de julgamento adotado será o de menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Tal critério assegura objetividade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos, de qualidade, desempenho e prazo estabelecidos no Projeto Básico e demais documentos do certame.

O julgamento pelo menor preço global não afasta a necessidade de observância dos preços unitários máximos constantes da planilha orçamentária, os quais servirão como critério de aceitabilidade e controle da execução contratual.

Embora o regime de execução seja por empreitada por preço unitário, o julgamento por menor preço global mostra-se mais adequado em razão da necessidade de avaliação integrada da solução construtiva e do controle do custo total do empreendimento.

### 11.1.2 REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE

Os licitantes deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Projeto Básico, incluindo padrões construtivos, requisitos de desempenho, durabilidade, segurança, acessibilidade e conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas aplicáveis à construção de unidades educacionais.

O descumprimento de quaisquer desses requisitos implicará na desclassificação da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

### 11.1.3 MODALIDADE DE LICITAÇÃO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

A modalidade de licitação adotada será a **Concorrência**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A licitação será realizada sob a forma **eletrônica**, conforme art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### 11.1.5 MODO DE DISPUTA

Será adotado o modo de disputa **aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos, conforme art. 32 da Lei nº 14.133/2021.

### 11.1.6 ORDEM DAS FASES DO PROCEDIMENTO

Será adotada a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, de modo que o julgamento das propostas e lances antecederá a fase de habilitação, sendo esta realizada apenas em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

A adoção da inversão de fases tem por finalidade conferir maior celeridade, eficiência e racionalidade ao procedimento licitatório, sem prejuízo da análise rigorosa das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e, especialmente, da qualificação técnica da licitante vencedora.

Tal sistemática permite à Administração concentrar a análise documental apenas na proposta mais bem classificada, promovendo maior eficiência administrativa e otimização dos atos processuais, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

Além disso, a medida contribui para maior segurança na futura execução contratual, assegurando que a Contratada possua efetiva capacidade técnica, operacional e financeira para execução integral da obra, mitigando riscos de inadimplemento, paralisações, falhas executivas e comprometimento do cronograma físico-financeiro do empreendimento.

### 11.8 HABILITAÇÃO

A habilitação dos licitantes observará integralmente o disposto no Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, compreendendo a verificação das condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, necessárias à adequada execução do objeto.

A exigência dos documentos de habilitação possui como finalidade assegurar que a futura Contratada detenha capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, saúde financeira e aptidão técnica compatíveis com a complexidade, porte e características da obra pública pretendida, garantindo maior segurança à Administração quanto à execução contratual.

Serão exigidos dos licitantes, no mínimo, os seguintes requisitos de habilitação:

- habilitação jurídica compatível com o objeto da contratação;
- regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- regularidade relativa ao FGTS e à Seguridade Social;
- regularidade trabalhista, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica operacional e profissional.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

Será exigida, ainda, a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021, como forma de demonstrar capacidade financeira compatível com as obrigações decorrentes da futura execução contratual.

### 11.8.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### Qualificação técnico-profissional

A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, profissional devidamente habilitado, detentor de acervo técnico compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-profissional acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU.

Cada responsável técnico poderá representar apenas uma empresa licitante.

Deverão ser comprovados, no mínimo, os seguintes serviços:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG	4840
ALVENARIA DE VEDAÇÃO EM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS	M <sup>2</sup>	1092
TELHA TERMOSISOLANTE REVESTIDO EM AÇO GALVALUME	M <sup>2</sup>	425

O vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser comprovado por meio de contrato social, CTPS ou contrato de prestação de serviços.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### Qualificação técnico-operacional

A empresa deverá comprovar capacidade técnico-operacional por meio de atestados de capacidade técnica operacional emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA/CAU, quando aplicável. Deverão ser comprovados os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG	4840
ALVENARIA DE VEDAÇÃO EM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS	M <sup>2</sup>	1092
TELHA TERMOSISOLANTE REVESTIDO EM AÇO GALVALUME	M <sup>2</sup>	425

11.8.1.1 Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação de quantitativos.

11.8.1.2 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

11.8.1.3. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, documentação complementar para comprovação da veracidade dos atestados.

11.8.1.4 Deverá ser apresentada certidão de registro e regularidade junto ao CREA ou CAU.

11.8.1.5 Os quantitativos exigidos limitam-se a até 50% dos quantitativos previstos no projeto, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

11.8.1.6. Tal exigência se justifica pela relevância e complexidade dos serviços considerados críticos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

11.8.1.7. Os critérios adotados buscam assegurar a qualidade da execução, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

### 11.9 PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

- planilha orçamentária com preços unitários e valor global;
- composição de custos unitários e BDI;
- cronograma físico-financeiro;
- prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais.

### 11.10 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- apresentem valor global igual ou inferior ao estimado pela Administração;
- possuam preços unitários compatíveis com os referenciais adotados;
- demonstrem viabilidade de execução.

Será exigida planilha detalhada de composição de custos quando identificados indícios de inexequibilidade.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os custos de mercado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, assegurada à licitante a oportunidade de comprovação da exequibilidade.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 11.11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS

A futura Adjudicatária ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:

- I – dar causa à inexecução parcial do ajuste;
- II – dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do ajuste;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar a Ata ou instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução contratual;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Pela prática das infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, na forma prevista no Edital e na Ata, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos em lei;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos da legislação vigente.

A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes da infratora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, poderão ser aplicadas multas em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais, atrasos injustificados na execução dos serviços, abandono da obra, descumprimento de determinações da fiscalização, execução em desacordo com os projetos e especificações técnicas ou qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista no Edital, na Ata ou na legislação aplicável.

Os valores eventualmente devidos em razão de multas ou prejuízos causados à Administração poderão ser descontados dos pagamentos pendentes, da garantia contratual prestada ou cobrados administrativamente e judicialmente, observada a legislação vigente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

A instauração e condução do processo administrativo de responsabilização competirão à autoridade competente, observando-se os procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais aplicáveis.

### 12. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será **vedada a participação de empresas em consórcio**.

A vedação se justifica em razão da natureza do objeto, que não demanda associação de empresas para sua execução, sendo plenamente viável a execução por empresa individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

### 13. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Será vedada a participação de cooperativas, considerando que a execução do objeto envolve atividades com características típicas de vínculo empregatício, além da necessidade de responsabilização técnica direta e contínua durante a execução da obra.

### 14. SUBCONTRATAÇÃO

#### 14.1 PERMISSÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 14.2 CONDIÇÕES

A subcontratação deverá observar, obrigatoriamente:

- vedação de subcontratação das parcelas de maior relevância técnica;
- comprovação da capacidade técnica da empresa subcontratada;
- proibição de subcontratação de empresas que tenham participado da licitação;
- vedação de subcontratação de empresas que possuam vínculo com agentes públicos envolvidos no processo licitatório.

### 15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.1 Será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

15.2 A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

15.3 No caso de opção pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para apresentação da apólice.

15.4 Nas modalidades caução e fiança bancária, a garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a convocação para assinatura do contrato.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

15.5 A garantia deverá ter validade até, no mínimo, 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual.

15.6 O valor da garantia poderá ser utilizado para cobertura de multas, prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual e demais penalidades aplicadas à contratada.

15.7 Não havendo utilização da garantia, esta será devolvida após o recebimento definitivo do objeto, mediante solicitação da contratada, devidamente atualizada, quando prestada em dinheiro.

15.8 A garantia deverá ser complementada sempre que houver alteração do valor contratual, inclusive em decorrência de reajustes ou aditivos.

## 16. VISTORIA TÉCNICA

16.1 Para fins de elaboração da proposta, recomenda-se que o licitante realize vistoria técnica no local de execução da obra, com o objetivo de conhecer as condições e peculiaridades da área.

16.2 A vistoria técnica possui caráter facultativo e poderá ser realizada pelos licitantes até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública da licitação, mediante prévio agendamento junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por meio do telefone (31) 3079-6138, em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, observadas as demais condições e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e ampla participação previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.3 A não realização da vistoria não impedirá a participação no certame, desde que o licitante apresente declaração formal, assinada por seu responsável técnico ou





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

representante legal, atestando pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução.

16.4 A ausência de vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alegações de desconhecimento das condições de execução, sendo de inteira responsabilidade da Contratada a adequada execução do objeto.

### 17. GARANTIA DA PROPOSTA

Será exigida garantia da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a **1% (um por cento) do valor estimado da contratação**, relativa à execução da obra de construção da unidade de Creche Pré-Escola Tipo II.

A garantia da proposta tem por finalidade assegurar a **seriedade das propostas apresentadas**, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pelos licitantes no âmbito do processo licitatório, prevenindo desistências indevidas e resguardando o interesse público e deverá possuir validade mínima correspondente ao prazo de validade da proposta comercial.

A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

A garantia da proposta será liberada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados:

- a) da assinatura do contrato pelo licitante vencedor; ou
- b) da revogação ou declaração de fracasso da licitação.

A recusa injustificada da Contratada em assinar o contrato ou em apresentar a documentação exigida implicará na execução integral da garantia da proposta, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação e no edital.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

A exigência da garantia da proposta visa, portanto, assegurar a seleção de licitantes efetivamente aptos, proteger a Administração contra riscos de abandono do certame e garantir a continuidade e eficiência na futura execução da obra da unidade educacional.

### 18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento detalhado dos quantitativos de serviços, materiais e equipamentos necessários à execução da obra de construção de uma Creche Pré-Escola Tipo II, considerando os projetos básicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos que integram o presente Projeto Básico.

Para a composição dos custos unitários, foram utilizadas referências oficiais de preços, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle, assegurando a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

O valor estimado da contratação é de R\$ 3.083.076,76 (três milhões, oitenta e três mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme planilha orçamentária anexa.

A formação do orçamento considerou, ainda:

- a incidência de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), conforme parâmetros referenciais aplicáveis à Administração Pública;
- os encargos sociais incidentes sobre a mão de obra, adotando-se regime com oneração;
- as condições locais de execução da obra no Município de Ibirité/MG;
- os riscos inerentes à contratação, conforme matriz de riscos constante do instrumento contratual;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 18.1 REFERÊNCIA DE PREÇOS

As planilhas orçamentárias foram elaboradas com base em diferentes bancos de referência, cada qual com sua respectiva data-base, estabelece-se como data de referência predominante do orçamento a:

- SINAPI – Belo Horizonte, com data-base de janeiro/2026, por representar a principal base adotada e concentrar os itens de maior relevância financeira disponível em:

[https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_888](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_888)

Complementarmente, foram utilizadas as seguintes bases:

- SICOR – Minas Gerais (outubro/2025) disponível em:

<https://portal.der.mg.gov.br/portal-servicos-frontend/login>

- SICRO – Minas Gerais (outubro/2025) disponível em:

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-referenciais/sistemas-de-custos/sicro/relatorios/relatorios-sicro/sudeste/sudeste>

- SUDECAP – Belo Horizonte (outubro/2025) disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sudecap/tabela-de-precos>

Para composição do orçamento estimativo, foi adotado percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) correspondente a 21,15% (vinte e um vírgula quinze por cento), calculado em conformidade com os parâmetros técnicos aplicáveis às obras públicas de engenharia, contemplando despesas indiretas, tributos, seguros, garantias, riscos, administração central e remuneração da contratada.

Nos casos em que não houve correspondência direta nas tabelas oficiais, foram adotadas composições próprias, devidamente justificadas sob o aspecto técnico, acompanhadas de memória de cálculo e demonstradas na planilha orçamentária anexa.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

### 19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação será custeada com recursos provenientes do Estado de Minas Gerais, por meio do Convênio nº 1261000067/2026, celebrado em 31/03/2026, com vigência de 730 (setecentos e trinta) dias.

Registra-se que a intervenção conta com repasse estadual no valor de R\$ 3.083.076,76 (três milhões, oitenta e três mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme extrato do convênio publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Não haverá contrapartida financeira do Município, sendo o objeto integralmente financiado com recursos estaduais.

A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 14.009.01

Projeto/Atividade: 12.365.0003.1007 – Construção e Aquisição de Bens Móveis e Imóveis para Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 1517 - Ficha: 202

Distribuição dos recursos:

Exercício de 2026: R\$ 1.541.538,38;

Exercício de 2027: R\$ 1.541.538,38;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

## ANEXO I - CÓPIA CONFORME ORIGINAL

Valor total: R\$ 3.083.076,76.

Caso a execução ultrapasse o exercício financeiro vigente, as despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, condicionadas à aprovação e disponibilização dos créditos correspondentes.

Eventuais atualizações da dotação orçamentária serão formalizadas por apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Ibirité, 28 de Maio de 2026.

**PABLO HENRY FERNANDES AGUILAR**  
**ENGENHEIRO CIVIL – CREA – 256880/D**

